

# Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites

Vanderlei Elias Nery\*

## **Resumo:**

O artigo aborda três textos que tratam da campanha *Diretas Já*. Começando com um pequeno comício em Goiânia no início de 1983, a campanha cresceu ao longo deste ano, chegando a ter mais de um milhão de pessoas no último comício em janeiro de 1984 na capital paulista. A campanha polarizou a sociedade brasileira, pois propunha eleições diretas para Presidente da República, após um longo período de ditadura civil-militar. O governo tentava garantir que o próximo presidente fosse eleito via colégio eleitoral, enquanto as oposições buscavam romper com tal processo.

Nossa análise, partindo de uma teoria marxista do Estado, busca demonstrar o compromisso de tais obras com a idéia de ampliação dos espaços democráticos e da cidadania no Brasil e os limites que resultaram de tais escolhas.

**Palavras-chave:** *Diretas Já*. Estado. Democracia. Teoria marxista.

## **Introdução**

Neste artigo examinamos criticamente três obras:

*Diretas Já – O grito preso na garganta*, de Alberto Tosi Rodrigues. Livro elaborado a partir da dissertação de mestrado defendida pelo autor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no ano de 1993.

*Diretas Já – 15 meses que abalaram a ditadura*, de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira (os autores eram deputados federais pelo PMDB no período da campanha *Diretas Já*, sendo o segundo o proponente da Emenda Constitucional que previa eleições diretas para Presidente da República em 1984).

*Diretas Já – Vozes das cidades*, de Lucilia de Almeida Neves Delgado, texto publicado em uma coletânea organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, a qual versa sobre a história das esquerdas no Brasil que, como definem os autores é “ampla na temporalidade, por cobrir todo o período republicano; diversa nos objetos definidos, capaz de captar a complexidade do tema; múltipla nas abordagens, ao considerar a pluralidade dos interesses e das referências dos diversos autores” (Ferreira & Reis, 2007: 10).

---

\*Doutorando do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. End. eletrônico: vanderlei.nery@yahoo.com.br

As obras referidas têm em comum a descrição da campanha em seu desdobramento quase que diário e, portanto, são de importância fundamental como documentos para análise, sendo que a obra de Leonelli e Oliveira traz uma grande quantidade de entrevistas com lideranças que atuaram na campanha.

Em nossa análise das três obras damos ênfase à visão que estas trazem da campanha. Além da descrição, têm em comum a interpretação da campanha *Diretas Já* como movimento que ampliou os espaços democráticos no Brasil dos anos 1980.

Sem dúvida, naquela década houve grandes processos de mobilização dos trabalhadores, como já demonstraram vários autores, entre eles Sader (1988). Mas nossa crítica incide sobre a conclusão a que chegam os autores das obras em questão. Nossa análise procurará revelar que a campanha *Diretas Já* foi interpretada a partir de uma visão romântica da política e da democracia. Revelador desse viés é a identificação pelos autores de que o objetivo central da campanha era conquistar a democracia, que aparece como um valor em si mesmo, como um valor universal, sem que houvesse, portanto, questionamentos quanto às formas de organização da campanha, à participação das classes sociais no processo, e os diferentes objetivos dos diferentes segmentos participantes. É a partir desses questionamentos que faremos a crítica das obras referidas.

Recorrendo a uma teoria marxista do Estado e das classes sociais, buscaremos respostas às indagações acima apresentadas. As obras referidas já nos dão algumas pistas. Rodrigues (2003: 19) afirma que “(...) diferentes setores oposicionistas ameaçavam pressionar em favor do fim do Colégio eleitoral (...) e do retorno da eleição direta para Presidente da República já em 1984”. Quem são os “setores oposicionistas”? Rodrigues (idem: 17) responde:

O saldo das eleições de 1982 – as primeiras desde 1965 em que os eleitores poderiam votar também para eleger os governadores – dera à oposição o controle dos principais estados da federação. (...) A bancada do PDS somou 235 deputados e a dos partidos de oposição 244 (200 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, – 23 do Partido Democrático Trabalhista – PDT –, 13 do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e 8 do PT).

Delgado (2007: 414) reforça as palavras de Rodrigues demonstrando que, na constituição do Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas, estavam os principais setores oposicionistas ao regime militar – PMDB, PDT, PT. “Também contribuíram fortemente para difusão do movimento o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), naquela época ilegais”.

À exceção do PT (Partido dos Trabalhadores) de base predominantemente operária, construído, principalmente, a partir das lutas do Grande ABC paulista no final dos anos 1970 (Sader, 1988), e do PCB/PCdoB, os outros partidos referidos por Rodrigues (PMDB, PDT e PTB) são de origem burguesa e, como tentaremos

demonstrar, dirigiram a campanha *Diretas Já*. Neste artigo, que faz parte de um trabalho mais amplo, não faremos a distinção entre as várias frações de classes representadas pelos partidos, sendo este um dos objetivos finais de nossa pesquisa.

Para Leonelli e Oliveira (2004), a economia brasileira entra em recessão a partir de 1981, o que levou ao afastamento de frações das classes dominantes brasileiras do regime instituído em 1964. Segundo os autores, os acordos assinados entre o governo brasileiro e o FMI (Fundo Monetário Internacional) beneficiavam exclusivamente o grande capital financeiro, prejudicando os demais setores capitalistas, notadamente indústria e comércio.

A insatisfação desses setores será canalizada, em parte, para a luta parlamentar – Câmara dos Deputados e Senado – e para os executivos estaduais – eleições de governadores. Esses setores estiveram presentes na campanha *Diretas Já*, principalmente, a partir de seus representantes parlamentares e governadores estaduais.

Um ponto a ser examinado refere-se à identificação das principais lideranças que atuaram na campanha. A forma de organizar e apresentar os comícios nos mostra quem são essas lideranças. Dentre os muitos comícios espalhados pelo Brasil, três foram os principais e ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nos primeiros meses de 1984. Em todos eles os governos estaduais estiveram à frente da organização, seja produzindo materiais ou facilitando o acesso da população em geral, como foi o caso de São Paulo, onde o governador determinou a liberação das catracas do Metrô no dia do comício.

Quem são os governadores desses estados? Franco Montoro e Tancredo Neves do PMDB, respectivamente governadores de São Paulo e Minas Gerais e Leonel Brizola, do PDT, governador do Rio de Janeiro.

Nas apresentações dos comícios duas figuras se destacaram: Ulysses Guimarães e Luis Ignácio da Silva (Lula), o primeiro deputado federal pelo PMDB, e o segundo, líder do PT.

Como podemos observar, têm papel de destaque na campanha, fundamentalmente, políticos ligados aos partidos burgueses, tendo como contraponto o PT, porém este aparece como minoria na composição das lideranças.

### **Uma conceituação da teoria marxista do Estado**

Mesmo correndo o risco de esquematismo, faremos uma breve tentativa de definição de Estado para posteriormente analisar mais detidamente as três obras.

Segundo Poulantzas (1971), o Estado capitalista é o principal organizador dos interesses políticos das classes dominantes, ao mesmo tempo em que desorganiza as dominadas. O autor não teoriza o Estado capitalista como um balcão de negócios da classe dominante, mas sim como organizador do poder dos exploradores. Isso é importante, pois, “o Estado capitalista comporta, inscrito

nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas” (Poulantzas, 1971: 11). Esta garantia não pode ser vista

(...) como limitação do poder político das classes dominantes. É certo que ela é imposta ao Estado *pela luta, política e econômica das classes dominadas*; isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado duma sociedade dividida em classes. A luta de classes nas formações capitalistas implica que essa garantia, por parte do Estado, de certos interesses econômicos de certas classes dominadas está inscrita, como *possibilidade*, nos próprios limites que ele impõe à luta com direção hegemônica de classe. Essa garantia visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes numa formação em que a luta propriamente política das classes dominadas é possível (idem: 12).

A partir desta sucinta conceituação do Estado capitalista, podemos avançar e propor a discussão sobre regime político. Para Décio Saes (2001: 34/35):

(...) As variações na forma do Estado burguês correspondem a mudanças na relação de forças dentro do aparelho de Estado lato sensu: isto é, a relação de forças entre o conjunto dos ramos propriamente burocráticos desse aparelho (administração civil, polícia, Exército, justiça etc.), de um lado, e um órgão de representação propriamente política (Parlamento), de outro lado. A forma ditatorial (em sua variante militar, que predomina historicamente e é a que nos interessa aqui) de Estado Burguês consiste na monopolização, pela burocracia, de toda capacidade decisória propriamente estatal (...), em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica além do mais, ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da burocracia.

A esta altura, podemos afirmar que no Brasil, durante o período analisado, predominava a forma ditatorial de Estado burguês. O regime estava em crise devido, entre outros fatores, à crise econômica que se abateu sobre o país a partir de 1974, crise esta que levou setores das classes dominantes que apoiaram o golpe civil-militar de 1964 à oposição ao regime.

Segundo Almeida, (1988: 46) o aparelho estatal brasileiro, neste período, não estava imune à crise. Encontrava-se “bastante fragmentado”, visto que os “comandos militares constituíam verdadeiros feudos sobre os quais a autoridade do presidente da República era bastante limitada”. A ausência “de uma forte atuação das esquerdas abriu caminho para que as disputas intraburguesas se explicitassem”. Esta fragilidade das esquerdas se deve à derrota sofrida pelos setores mais radicalizados que, no final dos anos 60 e início dos 70, partiram para a luta armada contra o regime<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Para os trechos entre aspas, Almeida (1988:46). Uma análise pioneira deste processo foi elaborada por Saes (1985).

Foi naquele contexto que se inseriu a atuação de setores burgueses à frente da campanha Diretas Já. A crise econômica abriu espaço para uma crise política no ramo executivo do aparelho de estado e se esgotaram as condições que propiciaram ao sub-ramo militar do aparelho de estado a organização da classe dominante. Produziu-se uma crise de representatividade, o que levou certas frações burguesas a atuarem com maior “desenvoltura” do que faziam no passado recente.

### **Vamos à crítica**

Para efetuar a crítica às obras centralmente referidas em nossa análise procuraremos responder às três questões: Quais foram as formas de organização da campanha? Quais classes sociais dirigiram o processo? Com que objetivos? Delgado (2007: 413) define bem os contornos da campanha *Diretas Já* quando afirma:

Na verdade, a campanha pelas Diretas Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em marco da única campanha popular brasileira que, segundo Ronaldo Costa Couto, nasceu no Parlamento. Campanha ampliada pela ação de partidos políticos e de diferentes segmentos e organizações da sociedade civil.

A partir da citação acima podemos começar a responder às questões por nós enunciadas. As classes dominantes, por meio de suas lideranças, conseguiram canalizar os esforços da campanha *Diretas Já* para a luta parlamentar, colocando como objetivo principal a aprovação da Emenda Constitucional, proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, a qual previa eleições diretas para Presidente da República em 1984, o que refletia a proposta mais geral da campanha, representada no Comitê Pró-Diretas: o retorno ao estado democrático de direito no Brasil.

Como enunciamos acima, as crises - econômica e política - dos anos 1980 contribuíram para o acirramento as disputas entre os setores burgueses, lutas estas que se expressaram no interior do Parlamento e do Executivo e, especialmente, nas relações entre estes dois aparelhos de representação burguesa.

Uma campanha que nasce no seio do Parlamento e que é conduzida para aprovação, neste mesmo Parlamento, das eleições diretas tem seu limite imposto pelo próprio papel do Estado capitalista. Neste sentido, as classes dominantes brasileiras foram bastante eficientes, pois conseguiram dirigir um movimento de massas, que teve a presença de muitos milhões de pessoas nas ruas e praças, dentro de limites suficientemente estreitos para preservarem inteiramente os dispositivos de dominação capitalista na formação social brasileira. Mesmo um aparelho ideológico notoriamente identificado com a ditadura militar, como o principal grupo de comunicações do país, ficou incólume durante as manifestações

populares. A este respeito, o máximo que se fez foi gritar a palavra de ordem, “O povo não é bobo, fora Rede Globo!”

Essa canalização da campanha para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira aparece na própria organização dos comícios, os quais tiveram participação decisiva dos executivos estaduais, elaborando e confeccionando panfletos, recorrendo aos meios de comunicação, reservando espaços, organizando a montagem de palcos, da estrutura de som etc. Como demonstra a resposta de Mauro Montoryn, participante da organização dos comícios, a Domingos Leonelli (2004: 360):

Uma diferença básica: os locais onde nós éramos governo e os estados onde não éramos governo. Uma coisa era o processo que envolvia a preparação de um comício em um local que éramos governo. Eu lembro que em São Paulo tinha mais ou menos sessenta pessoas operando. Cada uma responsável por um setor. Montagem de palanque, montagem de som, logística, transporte, comunicação, segurança, para cada uma dessas montava-se uma equipe.

Mais uma vez temos a participação decisiva do Estado, por meio dos executivos estaduais, na definição dos rumos da campanha. Fato ilustrativo da imposição de limites a esta campanha foi a retirada, pela polícia e por militantes do PDT, no último comício do Rio de Janeiro, da faixa aberta onde se conclamava à greve geral.

Tal fato não só ilustra os limites impostos por meio dos Aparelhos de Estado à campanha, como também, demonstra os limites das obras aqui analisadas, pois, para Rodrigues (2003: 74-75), a retirada da faixa foi um simples incidente. Como ele mesmo afirma: “(...) o único incidente do dia registrou-se quando o governador Leonel Brizola irritou-se com a faixa, estrategicamente estendida pelo grupo Alicerce da Juventude Socialista, que pedia greve geral dia 25 de abril. A Polícia Militar cortou as cordas da faixa e ela foi rasgada por manifestantes brizolistas”.

A greve geral vinha sendo proposta pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e pelo PT há algum tempo no Comitê organizador da *Diretas Já* e foi rejeitada. Por quê? Vejamos a explicação de Leonelli e Oliveira (2004: 235):

Uma greve geral seria um ato de força popular. E só o movimento sindical poderia tomar a iniciativa de executá-lo. A esquerda parlamentar, e no meio dela os autores, não compreendia bem o seu papel no episódio. Omitiu-se. Não emprestou ao movimento sindical o apoio público e o estímulo de que precisavam. Os sindicatos, por sua vez, preferiram continuar “reivindicando” como se estivessem tratando com patrões e não como parceiros políticos. A greve não aconteceu.

“Não compreendia bem o seu papel no episódio” ou à “esquerda parlamentar” e aos “autores” não interessava um movimento desta natureza? Não interessava, pois, com uma greve geral, as direções burguesas poderiam perder o controle da campanha. A “esquerda parlamentar” e os “autores” estavam

compromissados com o projeto político de transição da ditadura civil-militar para a democracia sem correr riscos de qualquer alteração nas estruturas sociais e, por isso, utilizaram a maior representação no Comitê organizador para barrar a proposta de greve geral.

Após a rejeição da greve geral pelo Comitê Pró-Diretas, apareceram propostas de realização de vigília cívica e de marcha sobre Brasília no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira. Delgado (2007), afirma que a segunda proposta foi rejeitada pelos governadores que, alertados pelo comando militar do II Exército sobre a tomada de medidas para impedir tal manifestação, retiraram seu apoio, o que a inviabilizou. Se o governo federal tomava iniciativas para intimidar as oposições, estas, nos limites apontados, aprovaram formas de luta condizentes com sua posição de classe. “Como ação unificada ficou marcado, a exemplo do Distrito Federal, um ‘barulhaço’ em todas as cidades do país às (sic) 20 horas da véspera da votação da Emenda Dante e uma vigília cívica a partir das 9 horas do dia 25” (Rodrigues, 2003: 90).

É comum encontrar nas obras analisadas expressões como “festa cívica”, “festa democrática”, “festa da cidadania”. É o que ocorre na seguinte passagem do texto de Delgado (2007: 419).

Festa na política, expressão de Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes, na verdade, foi o que aconteceu no Brasil na virada do ano de 1983 e nos primeiros meses de 1984. Festa alimentada por esperança no futuro imediato e em rumos mais definitivos para a tradicionalmente frágil democracia brasileira. Festa democrática, que corroe os últimos alicerces do regime autoritário. Festa que traduzia uma rara comunhão nacional entre instituições e movimentos populares. Festa da diversidade na unidade de propósitos. Festa republicana em um país de tradição patrimonialista. Festa da cidadania em uma nação na qual usualmente se desrespeitam os direitos básicos de seus cidadãos. Festa de projeção do futuro em um tempo ainda encoberto por névoas.

Estas expressões não são acompanhadas, nas obras em análise, de uma conceituação rigorosa. Entendemos que esta ausência se deve ao fato de os autores assumirem como princípio fundamental da campanha a luta pelo retorno à ordem liberal-democrática no Brasil. Para estes autores o significado essencial da campanha *Diretas Já* se expressava na “festa da diversidade na unidade de propósitos”.

### **Considerações finais**

As três obras analisadas neste artigo têm como objetivo demonstrar a importância da campanha *Diretas Já* no sentido da ampliação dos espaços democráticos e da cidadania no Brasil. Esta avaliação leva os autores a terem na campanha *Diretas Já* um único horizonte, o restabelecimento do estado de direito no Brasil.

Ao fixar os limites da campanha nesta estratégia, as obras referidas deixam de aprofundar o significado dos conceitos de democracia e cidadania, como também deixam de criticar/analisar o próprio conceito de Estado.

Nosso trabalho teve como foco a análise crítica das obras referidas, a partir do conceito poulantiziano de Estado, cuja formulação mais sistemática se encontra em *Poder político e classes sociais*. Tentamos demonstrar que os limites da campanha foram dados pela própria lógica de sua organização, pois partiu, principalmente, do Parlamento e dos executivos estaduais; e que estes, por fazerem parte da estrutura do Estado burguês, fixaram aqueles limites na manutenção da ordem capitalista, restringindo-os, no máximo, à mudança de regime.

Nossa pesquisa sobre o tema tem continuidade em outros trabalhos nos quais buscaremos analisar, por um lado, o papel das diferentes frações burguesas no processo da campanha, bem como, por outro lado, o das classes trabalhadoras e populares.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (1998). De JK a FHC: apontamentos para a análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, W. J. *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, p. 39-63.
- DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (2007). Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 409-427.
- LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de (2004). *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record.
- POULANTZAS, Nicos (1971). *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense.
- RODRIGUES, Alberto Tosi (2003). *Diretas já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Perseu Abramo.
- SAES, Décio (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- \_\_\_\_\_ (2001). A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: República do Capital. São Paulo: Boitempo, p. 33-48.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.